DF CARF MF Fl. 63

> S2-C2T1 Fl. 63



## MINISTÉRIO DA FAZENDA CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS 5010380.72

SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

10380.720482/2015-39 Processo nº

Recurso nº Voluntário

Acórdão nº 2201-003.930 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

14 de setembro de 2017 Sessão de

**IRPF** Matéria

ACÓRDÃO GERA

MARIA LINDALVA ALVES DE ABREU Recorrente

FAZENDA NACIONAL Recorrida

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2013

ISENÇÃO. RENDIMENTO DE APOSENTADORIA. 65 ANOS.

Comprovado nos termos da legislação, são isentos do Imposto sobre a Renda da pessoa física parcela mensal dos proventos de aposentadoria percebidos

por maiores de 65 anos até R\$ 1.637,11.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Carlos Henrique de Oliveira - Presidente.

(assinado digitalmente)

Carlos Alberto do Amaral Azeredo - Relator.

EDITADO EM: 25/09/2017

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Henrique de Oliveira, Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, José Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim.

## Relatório

1

DF CARF MF Fl. 64

Trata o presente da Notificação de Lançamento de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, relativo ao exercício de 2013, fl. 23 a 27, pela qual a Autoridade Administrativa, em sede de Malha Fiscal, identificou a infração à legislação tributária abaixo descrita (fl. 25):

Omissão de rendimentos recebidos da Secretaria de Educação, no valor de 11.198,33.

Ciente do lançamento em 12 de dezembro de 2014, fl. 29, inconformado, o contribuinte apresentou, tempestivamente, a Impugnação de fl. 2, onde alega que a omissão apontada não existe, pois os valores foram declarados como isentos por se referirem à parcela de rendimentos de aposentadoria recebida por contribuinte com mais de 65 anos.

No julgamento de 1ª Instância, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador/BA julgou improcedente a impugnação, fl. 39/41, por entender que não havia nos autos qualquer prova que indicasse que os rendimentos em tela teriam a natureza de pensão ou aposentadoria.

Ciente do Acórdão da DRJ em 14 de abril de 2016, ainda inconformado, o contribuinte apresentou, em 06 de maio de 2016, o Recurso Voluntário de fl. 54/56, no qual reitera o direito à isenção sobre os rendimentos recebidos da Secretaria de Educação do Estado do Ceará e junta comprovante da condição de aposentada.

É o relatório necessário.

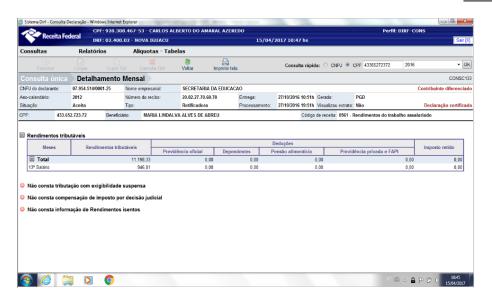
## Voto

Conselheiro Carlos Alberto do Amaral Azeredo - Relator

Por ser tempestivo e por preencher as demais condições de admissibilidade, conheço do Recurso Voluntário.

O relatório acima demonstra que a lide em tela restou limitada à comprovação de que os rendimentos recebidos da Secretaria de Educação do Ceará são decorrentes de aposentadoria ou pensão.

A análise do documento de fl 58 demonstra que a recorrente é aposentada pela citada Secretaria desde abril de 1999. Já as informações disponíveis nos autos e nos sistemas da RFB evidenciam que a integralidade dos valores recebidos da fonte pagadora em questão foi por esta informada como rendimentos tributáveis, conforme se vê na tela abaixo:



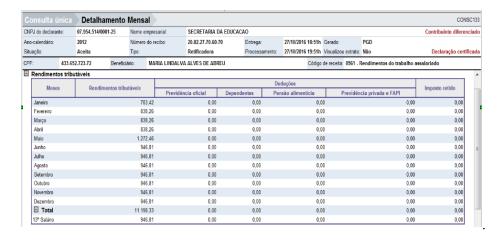
Assim, dispõe o inciso XV do art. 6º da Lei 7.713/88:

Art. 6° Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas: (...)

XV - os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, até o valor de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) (...)

f) R\$ 1.637,11 (mil, seiscentos e trinta e sete reais e onze centavos), por mês, para o ano-calendário de 2012; (Incluída pela Lei nº 12.469, de 2011)

Detalhando mensalmente os rendimentos recebidos, temos:



DF CARF MF Fl. 66

Desta forma, considerando que o documento de fl. 59 permite afirmar que a recorrente completou 65 anos de idade no ano de 2004, é forçoso concluir que são procedentes os argumentos recursais.

## Conclusão

Tendo em vista tudo que conta nos autos, bem assim na descrição e fundamentos legais que constam do presente, conheço do Recurso Voluntário e, no mérito, dou-lhe provimento para reconhecer a improcedência do lançamento e restabelecer os valores originalmente declarados pela recorrente.

Carlos Alberto do Amaral Azeredo - Relator